



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE CONSOLIDAÇÃO DA LEI 10.639/03: UM ESTUDO EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE ITUIUTABA-MG

Nadila Ferreira dos Santos, Luciane Ribeiro Dias Gonçalves

Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia nadilanadyferreira@gmail.com,

luciane.dias@ufu.br

RESUMO

Entendemos que a Educação para ser efetivamente de qualidade deva englobar maior número da população brasileira com efetiva aprendizagem. Assim sendo, a população negra e a Educação para as relações étnico-raciais precisam estar em evidência em debates dessa área, afim de corrigir erros históricos de exclusão e silenciamentos. Objetivando investigar a implementação da Lei 10.639/03, em tempos em que várias temáticas e questionamentos provocados por ela têm emergido no debate social, serão pesquisadas escolas da rede municipal de Ituiutaba (MG). A pesquisa será qualitativa, subdividida em partes complementares, que buscarão apreender a concepção de Educação para as relações étnico-raciais adotadas nas escolas estudadas. A primeira parte será da análise documental, onde investigaremos o conteúdo dos planejamentos educacionais por meio do Projeto político pedagógico e dos planos de aula. Na segunda parte será realizada roda de conversa. Posteriormente realizaremos roda de conversa onde os professores envolvidos debaterão sobre as relações étnico-raciais nos seus aspectos teóricos e político-pedagógicos, buscando assim, definir as formas como o eurocentrismo e racismo afetam na qualidade da Educação e, bem como discutir possibilidades de superação destas questões, com base nas escolas municipais do município de Ituiutaba/MG e dar visibilidade para práticas docentes exitosas, o que a nosso ver poderá provocar a ampliação da discussão necessária à formação de professores, inicial e continuada, para tal tema. Ao final, os dados resultantes serão sistematizados e categorizados à luz da análise de conteúdo.

Palavras-chaves: Eurocentrismo; Lei 10.639/03; Formação continuada de professores; Educação para as relações étnico-raciais; Ituiutaba-MG

1. INTRODUÇÃO

Em tempos em que vários questionamentos têm emergido no debate social precisamos compreender como a Educação Básica pode ser efetivamente de qualidade na perspectiva de englobar maior número da população brasileira com factual aprendizagem. Assim sendo, a população negra e a educação para as relações étnico-raciais precisam estar

Ituiutaba, 21 a 23 de nov. 2018



em evidência nestes debates. Então surge a questão: Como a Educação para as relações étnico-raciais poderiam contribuir para melhoria da qualidade da educação Básica?

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2007) existe uma linha abissal originária que provoca a divisão do espaço colonial, e que não se restringe a ele, marcando também as relações pós-coloniais. Para Santos o pensamento abissal não permite que haja coexistência entre os dois lados da linha, existe uma hierarquização que demarca “este lado da linha” como o lugar do conhecimento e, “do outro lado da linha” seria o lugar da inexistência e invisibilidade.

Assim, a questão principal desta pesquisa está relacionada à construção de uma educação antirracista, que supere as linhas abissais, comprometida com o sucesso dos estudantes e referendada pela sociedade que ela atende. Nesta direção, o compromisso da Educação não se restringe à uma mensuração do saber via um escore de notas. Necessitamos de uma Educação que busque o desenvolvimento global do estudante, e isso inclui a sua própria formação identitária, étnica, social e cognitiva.

As relações raciais brasileiras têm histórico de exclusão que fizeram com que a linha abissal separasse “deste lado da linha” todo o conhecimento europeu e “do outro lado da linha”, de forma invisibilizada e silenciada, todo o conhecimento proveniente da cultura indígena e negra. Certamente, muitos saberes foram desperdiçados neste processo. Desta forma, a Educação como fruto desta sociedade é calcada na postura eurocêntrica.

Essa herança eurocêntrica foi suporte para um processo de hierarquização que coloca todos aspectos relacionados à cultura branca ficasse com status superior, e tudo distante disso fosse invisibilizado e silenciado. As culturas negras e indígenas fazem parte dessa inferiorização. A Educação, contaminada por essa postura hierarquizante, privilegiou os conhecimentos europeus em detrimento aos conhecimentos africanos e indígenas. A ressonância disso na atualidade tem produzido uma escola excludente e racista.

Assim, este trabalho tem como prioridade a construção da Educação de qualidade baseada no combate histórico do racismo do contexto escolar. A referida pesquisa basear-se-á em estudo das relações étnico-raciais nos documentos escolares (Projeto Político Pedagógico e planejamentos) e na prática docente, buscando assim, definir as formas como o eurocentrismo e racismo afetam na qualidade da Educação e, bem como discutir possibilidades de superação destas questões.



No Brasil, por muito tempo o espaço universitário, e todas as discussões teórico metodológicas provocadas nele, ficaram confinados aos grandes centros e capitais brasileiras. Com as políticas de interiorização e de regionalização do ensino superior este cenário vem sendo redefinido. A descentralização universitária que vem suscitando o desenvolvimento de novos centros de pesquisas que tem objetos de pesquisa marcados pelas características da localidade e da nacionalidade, consequentemente oferecendo novas respostas a problemas educacionais brasileiros. Assim sendo, a relevância científica desta proposta de pesquisa fundamenta-se na possibilidade de investigações neste espaço alargado, o que consideramos inovador. Assim, o campo desta pesquisa ficou estabelecido como as escolas municipais da cidade de Ituiutaba – MG.

A rede municipal de Educação de Ituiutaba/MG conta com o total de 20 escolas. Destas quatorze escolas sediadas em área urbana e seis escolas de zona rural. Conta com 8.483 estudantes e 320 turmas, sendo 2.912 do período matutino, 2.281 do período vespertino, 243 do período noturno e aproximadamente 1.415 estudantes de tempo integral.

Questões relacionadas à implementação da Lei 10.639/03 vem sendo empreendidas em várias frentes de pesquisa, há estudos relacionados à produção de material didático apropriados para o combate ao racismo desde análises dos livros didáticos (SILVA, 2001) até a produção de material paradidático (SCHREIBER, 1975). A formação docente para a educação das relações étnico-raciais tem sido abordada na formação inicial e na continuada (OLIVEIRA, 2005 e GOMES, 2003), do ponto de vista dos conteúdos e a forma de abordá-los metodologicamente com intuito de superação do eurocentrismo e a apresentação do conhecimento africano e afro-brasileiro também sido temáticas escolhidas por pesquisadores (FONSECA, 2008 e NASCIMENTO, 2008). Estudos relacionados às relações entre crianças brancas e negras no cotidiano escolar (SANTOS, 2007 e MUNANGA,2009) também estão sendo desenvolvidos.

Contudo, entendemos que pesquisas relacionadas aos documentos normativos escolares ainda são incipientes. Percebemos haver uma lacuna nos estudos relacionados ao plano de aula, sua elaboração e consecução. Neste sentido tomamos a produção desta pesquisa como inovadora e de efetiva contribuição para a Educação básica.

Esta pesquisa objetiva estudar a implementação da Lei 10.639/03 a partir de investigação de práticas pedagógicas que vem sendo realizadas no contexto de escolas da rede municipal de ensino de Ituiutaba (MG), por meio análise documental dos planos de aula que



se propõem a discutir tal tema, bem como a roda de conversa sobre a consecução dos mesmos. Desta forma, espera-se encontrar elementos inovadores nestas práticas que poderão impulsionar a concretização da Educação para as relações étnico-raciais.

2. JUSTIFICATIVA

Para se pensar em Educação de qualidade no contexto brasileiro, as questões raciais necessitam ser levadas em consideração de forma séria e profunda. Neste sentido, propomos como objeto desta pesquisa, a análise de documentos (planos de aula) e a prática pedagógica à luz da Educação antirracista, por entendermos que o estudo e a adequação dos mesmos poderão impactar de forma transformadora na concretização da educação para as relações étnico-raciais no contexto escolar e na sociedade brasileira.

Muito se tem falado da necessidade de se inserir discussões sobre a diversidade cultural e racial nos cursos de formação de professores, na própria LDB 9394/96 traz em seu art. 26 a determinação de que o “ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. Esse documento determina ainda no art. 79 que “o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’”. (LDB, 1997).

Em 2003, a LDB foi alterada pela lei nº 10.639/2003 em todo o território nacional, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica. Essa lei foi regulamentada pela resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, do CNE que instituiu as DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Analisando as diretrizes fica explícita “a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las” (BRASIL, 2004, p. 17). O documento determina, entre outras coisas, que sejam introduzidas nos cursos de formação de professores e de outros profissionais da educação as análises das relações sociais e raciais no Brasil; os conceitos e suas bases teóricas, tais como racismo, discriminações, intolerância, preconceito, estereótipo, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade, diferença, multiculturalismo; a inclusão de



práticas pedagógicas, de materiais e de textos didáticos na perspectiva da reeducação das relações étnico-raciais e do ensino e aprendizagem da história e cultura afro-brasileira e africana. Também ressalta a importância de incluir a discussão sobre a questão racial como parte integrante da matriz curricular dos cursos de licenciatura para educação infantil, anos iniciais e finais da educação fundamental, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como dos processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes no ensino superior (BRASIL, 2004, p. 23). Neste sentido entendemos que a produção de conhecimento sobre o cumprimento da lei 10.639/2003 trará impactará em ações futuras na área da educação para as relações raciais.

Desta forma, este projeto demonstra-se relevante por estar alargando a pesquisa com a possibilidade de expandir discussões sobre implementação da Lei 10.639/03 para o planejamento e prática docente nestes espaços. Todos estes aspectos corroboram para a construção de uma educação básica de qualidade e referendada socialmente.

Quanto à comunidade científica o estudo representará um avanço, pois poderá constituir um banco de dados sobre a aplicação da Lei 10639/2003, as dificuldades e entraves encontrados pelos professores, as experiências exitosas e seus principais norteadores. Também será de grande valia neste sentido a criação de uma rede de informações virtuais entre as escolas envolvidas, as universidades e pesquisadores interessados na temática.

Para os profissionais da educação envolvidos a ação do estudo poderá impactar na sua formação continuada uma vez que se espera estabelecer canais de diálogo permanente entre as instituições promotoras da pesquisa e as escolas envolvidas, possibilitando direcionamentos para a elaboração práticas pedagógicas, linhas de pesquisas e ações extensionistas nesta perspectiva, pode-se favorecer a construção de um estofoprático que de a eles autonomia para a construção de novos projetos de trabalho, colaborando desta forma para que a escola trabalhe com a diferença numa perspectiva de alteridade.

3. METODOLOGIA

O trabalho inicial da pesquisa relacionar-se-á com a contactação da secretaria municipal de Educação e o estabelecimento de parceria para desenvolvimento da pesquisa. Contando com a adesão do/as colaboradore/as da pesquisa, iniciaremos a fases consecutivas.

O passo seguinte centrará no procedimento metodológico de análise documental. O interesse desta pesquisa sobrecai sobre o arcabouço normativo da escola, especificamente em



documentos como Projeto Político Pedagógico e demais artefatos curriculares (planejamentos de ensino, planos de aula e demais documentos que tratem questões relacionadas à escolha de conteúdo).

A coleta de documentos será realizada de duas formas. Inicialmente serão coletados os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas. Estes documentos serão analisados com relação à forma de elaboração, participação da comunidade e aspectos relacionados à apresentação de vestígios de preocupação com a Educação para as relações étnico-raciais. Os pressupostos das relações étnico-raciais serão evidenciados nos Projeto Político Pedagógicos das escolas que aderirem à pesquisa. Posteriormente a análise documental mais ligada ao aspecto restrito da prática pedagógica e a sala de aula estarão sendo estudados nos Plano de aula. Serão coletados planos de aula de professore/as colaboradores/as.

Finalizando as formas de coletas de dados serão realizadas rodas de conversas onde buscaremos detalhar as formas de atuação do/as professore/as, com relação à Educação para as relações étnico-raciais, em suas salas de aula. Esta etapa privilegiará a prática docente nos aspectos metodológicos e procedimentais.

As rodas de conversa com professores/as apresentam-se como meio propício para coletar informações, esclarecer ideias, e repensar e debater temas polêmicos e controversos. Nesta perspectiva, as conversas se desenrolam em clima de informalidade, oportunizando a exploração de argumentos dos sujeitos envolvidos sem que, portanto, haja elaborações conclusivas e definitivas acerca dos temas em debate. (SILVA; BERNARDES, 2007).

Para tanto, as conversas serão realizadas com professores/as a partir do compartilhamento de experiências práticas e serão provocadas por perguntas norteadoras e desencadeadoras das manifestações dos sujeitos. Tais perguntas serão produzidas pelos grupos de pesquisadores/as de acordo com os dados inicialmente construídos nas fases anteriores da pesquisa.

Ao final desta fase, os dados resultantes das rodas de conversa serão sistematizados mediante a produção de um portfólio coletivo que será analisado, incluindo as equipes regionais, nacional e internacionais, também à luz da análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

Todo material coletado durante a pesquisa será posteriormente analisado. Os dados provenientes da pesquisa serão posteriormente analisados na perspectiva da análise de conteúdo temática (BARDIN, 1977), perpassando as etapas de pré-análise, exploração do



material com codificações e por fim o tratamento dos resultados obtidos a partir dos dados coletados num sentido mais amplo de interpretação dos mesmos (MINAYO, 2007).

Nesta perspectiva a mensagem (oral ou escrita) será o ponto de partida tanto com relação a uma prática social, “sendo constituídas por processos sociocognitivos, têm implicações na vida cotidiana, influenciando não apenas a comunicação e a expressão das mensagens, mas também os comportamentos” (FRANCO, 2012). Na certeza de otimizar as análises previstas, serão feitos planos de investigação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que tal pesquisa é de suma importância para se refletir como a negligência de um fazer/pensar docente para as relações étnico-raciais pode afetar na qualidade da Educação e torna a escola espaço propício a práticas racistas. Com isso, sob a luz dos documentos regentes da escola, documentos procedimentais da sala de aula e observação sobre as ações docente exitosas iremos subsidiar este trabalho.

Desta forma, este projeto demonstra-se relevante por estar alargando a pesquisa com a possibilidade de expandir discussões sobre implementação da Lei 10.639/03 para o planejamento e prática docente nestes espaços. Todos estes aspectos corroboram para a construção de uma educação básica de qualidade e referendada socialmente.

Quanto à comunidade científica o estudo representará um avanço, pois poderá constituir um banco de dados sobre a aplicação da Lei 10639/2003, as dificuldades e entraves encontrados pelos professores, as experiências exitosas e seus principais norteadores. Também será de grande valia neste sentido a criação de uma rede de informações virtuais entre as escolas envolvidas, as universidades e pesquisadores interessados na temática.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FRANCO, M. L P B. **Análise de conteúdo**. Brasília, 4ª Edição: Líber Livro, 2012.

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as**: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educ. Pesqui., São Paulo , v. 29, n. 1, p. 167-182, June 2005.



MUNANGA, K. . **Origens africanas do Brasil contemporâneo: Histórias, línguas, culturas e civilizações.** São Paulo: Global, 2009 A.

_____. **Negritude - Usos e sentidos.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009 B.

_____. **O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

_____. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. **Identidade Nacional versus Identidade Negra.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

MUNANGA, K. ; GOMES, N. L. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos.** São Paulo: Global: Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. O negro no ensino de história: temas e representações. **Dissertação** (Mestrado em Educação: currículo), Universidade de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, F. **Ser negro no Brasil: alcances e limites.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 50, 2005.

PAULA, B. X; GUIMARÃES, S. **10 anos da lei federal nº 10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 40, n. 2, p. 435-448, abr./jun. 2014.

SANTOS, B; S. de. Para além do pensamento abissal. Das **linhas globais e uma ecologia de saberes**, Novos estudos 79, novembro 2007.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul.** Coimbra, AlmedinaCES, 2009.

SANTOS, B; S. de. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, póscolonialismo e inter-identidade. In: **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez Editora, 2006, p. 227-276.

SCHREIBER, M. R. As minorias étnicas na literatura infanto-juvenil brasileira. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia/UFMG,1975.

SILVA, A. C. da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.** Salvador, EDUFBA, 2001.